

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.693 - RS (2018/0189971-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : JANE MARIA SANTOS DO NASCIMENTO
AGRAVANTE : SAMI ADEL MUHD MOSTAFA SALMAN
ADVOGADO : KAMEL SALMAN JUNIOR E OUTRO(S) - RS088880
AGRAVADO : OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA E OUTRO(S) -
RS074531
GISELA VIEIRA LORENZONI - RS067350

DECISÃO

Trata-se de agravo (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial pelos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 694/707): (a) aplicação da Súmula n. 284/STF, (b) consonância entre o entendimento do acórdão recorrido e a orientação do STJ relativo à prescrição dos rendimentos, firmado pela Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp n. 1.112.474/RS – Tema n. 308 dos Recursos Repetitivos, (c) incidência da Súmula n. 83/STJ quanto ao termo *a quo* da prescrição em que se pretende a subscrição das ações da telefonia móvel e (d) vedação da Súmula n. 7/STJ quanto à revisão da condenação em honorários.

Nas razões deste recurso (e-STJ fls. 709/718), a parte agravante sustenta: (i) ausência de fundamentação na decisão agravada, em ofensa ao art. 489, § 1º, II, do CPC/2015 e (ii) inaplicabilidade das Súmulas n. 7 e 83 do STJ.

A agravada apresentou contraminuta (e-STJ fls. 722/731).

É o relatório.

Decido.

O agravo que deixa de refutar especificamente os fundamentos da decisão agravada não é passível de conhecimento em virtude de expressa previsão legal (CPC/2015, art. 932, III) e da aplicação, por analogia, da Súmula n. 182/STJ.

No caso, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os seguintes fundamentos: aplicação da Súmula n. 284/STF e consonância entre o entendimento do acórdão recorrido e a orientação do STJ, relativa à prescrição dos rendimentos, firmado pela Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp n. 1.112.474/RS – Tema n. 308 dos Recursos Repetitivos.

Assim, é inafastável a aplicação, por analogia, da Súmula n. 182 desta Corte.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 05 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator